

“A premissa básica é a estabilidade”

por Claudia Safatle
de Brasília

Por seis horas consecutivas, o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, esteve ontem no plenário do Senado Federal, onde fez um rápido diagnóstico da herança recebida — um país com inflação de 25% há dezoito meses e estagnação econômica. Listou quinze pontos genéricos que orientarão a política econômica do governo, considerou a criação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) “um tapa-buracos da maior importância”, sustentou que não tem “plano” de estabilização nem prazo marcado para apresentá-lo e anunciou os dois primeiros nomes de sua equipe (ver matéria ao lado).

Tratado com extrema cordialidade pelos dezoito senadores dos mais diversos partidos, que o interpelaram, Eliseu só foi questionado sobre a condenação imposta pelo Tribunal de Contas da União (TCU), na última pergunta, feita pelo líder do governo, senador



Eliseu Resende

Pedro Simon. O líder do governo cumpriu assim um acordo feito previamente com o ministro. Se ninguém lhe interpelasse sobre esse problema, Simon o faria, como revelou o senador. Eliseu respondeu com tranquilidade e deixou disponíveis os atestados do TCU, que ninguém solicitou vê-los.

“Estou agradavelmente surpreendido”, comentou Simon à repórter Adriana Vasconcelos, deste jornal. A crise política criada com a saída de Paulo Haddad, do Ministério da Fazenda “já está desaparecendo”, o que deverá garantir a aprovação do IPMF em segundo turno, hoje, pelo Senado.

O presidente do PMDB, Orestes Quércia, que estava em Brasília para um jantar com a cúpula do partido, também hipotecou apoio a Itamar Franco: “O País não vai bem. O governo enfrenta dificuldades e o PMDB está disposto a ajudar o País. Não podemos ter

medo de ajudar o Brasil”. O ministro da Fazenda prometeu retomada seletiva do crescimento econômico, apontando os investimentos que o Estado deverá fazer na área social e no reinício de obras de infraestrutura, hoje paralisadas, como vetores importantes desse crescimento. Garantiu que o governo mudará a legislação da privatização para que o processo possa ser acelerado e ampliado com novas empresas estatais e reiterou que não adotará nenhuma medida de combate à inflação que implique quebra de relações contratuais.

Atribuiu à crise fiscal o “imbroglio” maior, responsável pela inflação crônica, e assinalou que “não podemos continuar suportando os encargos da dívida mobiliária federal”, mas na sua gestão frente ao Ministério da Fazenda não haverá medidas “compulsórias” para baixar a inflação.

Por enquanto, o ministro pode garantir pelo menos um fator de tranquilidade para o País: a total sintonia entre o ministro da Fazenda e o presidente da República. “Os desafios são enormes. Não gostaria de estar na minha própria pele. As soluções são extremamente difíceis. Mas há uma premissa básica, fundamental, crucial, que se não for satisfeita não teremos soluções: é a estabilidade, a confiança e a orientação segura. O ministro da Fazenda é o executor das diretrizes do presidente da República. Precisamos de um roteiro seguro”, enfatizou.

(Ver página 5)